

# RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE REINserÇÃO

# 2013



# RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE REINserÇÃO

Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção

Divisão de Intervenção Terapêutica

2014

3



## ÍNDICE

GLOSSÁRIO .....	9
Nota Introdutória.....	11
1. Processo de Monitorização.....	11
2. Resultados atingidos em 2013.....	12
2.1. Habitação.....	14
2.1.1. Situações de sem-abrigo.....	16
2.2. Educação.....	17
2.3. Formação Profissional.....	20
2.4. Emprego.....	21
2.4.1. Programa Vida-Emprego.....	24
2.5. Âmbito Socioterapêutico.....	26
2.5.1. Grupos de Treino de Aptidões Sociais.....	26
2.5.2. Outros grupos socioterapêuticos.....	27
2.6. Ocupação de Tempos Livres.....	27
2.7. Acesso a Serviços Públicos e de Proximidade .....	29
2.8. Intervenção Familiar .....	31
2.8.1. Intervenções socioterapêuticas dirigidas à família.....	32
2.8.2. Crianças sinalizadas à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) .....	33
Considerações finais .....	34
ANEXO .....	36
Monitorização das Intervenções de Reinserção 2013 .....	37



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n. 1 - Consultas de Reinserção efetuadas nos CRI, por região .....	12
Figura n. 2 - Consultas de Reinserção efetuadas nas Unidades de Alcoologia .....	12
Figura n.º 3 – Utentes em acompanhamento pelas Equipas de Reinserção dos CRI, por região .....	13
Figura n.º 4 – Utentes em acompanhamento no âmbito da reinserção em ambulatório, por Unidade de Alcoologia (N= 2.455) .....	13
Figura n.º 5 – Utentes ativos em reinserção / Total de utentes ativos dos CRI (44%) .....	14
Figura n.º 6 – Utentes ativos em reinserção / Total de utentes ativos das Unidades de Alcoologia ...	14
Figura n.º 7 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas .....	15
Figura n.º 8 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool .....	15
Figura n.º 9 – Total de utentes com necessidades / integrados em respostas de habitação, por região N=1.599 .....	15
Figura n.º 10 – Evolução das necessidades/integrações em respostas de habitação, total nacional .....	16
Figura n.º 11 – Total de situações de sem-abrigo diagnosticadas, por região e tipo de substância de consumo (N=562) .....	17
Figura n.º 12 – Evolução das situações de sem-abrigo diagnosticadas, total nacional .....	17
Figura n.º 13 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de educação, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.176) .....	18
Figura n.º 14 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de educação, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool (N=677) .....	18
Figura n.º 15 – Total de utentes integrados/com necessidades de educação, por Região (N=1.853)	18
Figura n.º 16 – Evolução das integrações/necessidades de educação, total nacional .....	19
Figura n.º 17 – Tipo de resposta proporcionada na área da educação, total nacional (n=449) .....	19
Figura n.º 18 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de formação profissional, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.585) .....	20
Figura n.º 19 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de formação profissional, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool (N=748) .....	20
Figura n.º 20 – Total de utentes integrados/com necessidades de formação profissional, por Região (N=2.333) .....	21
Figura n.º 21 – Evolução das integrações/necessidades de formação profissional, total nacional .....	21
Figura n.º 22 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de emprego, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=3.312) .....	22
Figura n.º 23 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de emprego, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool (N=2.085) .....	22
Figura n.º 24 – Total de utentes integrados/com necessidades de emprego, por região (N=5.397) ...	23
Figura n.º 25 – Evolução das integrações/necessidades de emprego, total nacional .....	23
Figura n.º 26 – Tipo de respostas proporcionadas na área do emprego, total nacional (N=2.990) .....	24
Figura n.º 27 – Distribuição dos apoios do PVE, por região (n=840) .....	25

Figura n.º 28 – Evolução do total de apoios atribuídos no âmbito do PVE .....	25
Figura n.º 29 – Utentes abrangidos por grupos de treino de aptidões sociais com problemas de consumo de SI, por região (N=700) .....	26
Figura n.º 30 – Utentes abrangidos por grupos de treino de aptidões sociais com PLA, por região (N=618).....	26
Figura n.º 31 – Utentes abrangidos por outros grupos socioterapêuticos com problemas de consumo de SI, por região (N=3.337) .....	27
Figura n.º 32 – Utentes abrangidos por outros grupos socioterapêuticos com PLA, por região (N=2.915).....	27
Figura n.º 33 – Utentes integrados/com necessidades de ocupação de tempos livres, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=982) .....	28
Figura n.º 34 – Utentes integrados/com necessidades de ocupação de tempos livres, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool (N=743) .....	28
Figura n.º 35 – Total de utentes integrados/com necessidades de ocupação de tempos livres, por Região (n=1.725).....	28
Figura n.º 36 – Evolução das integrações/necessidades de ocupação de tempos livres, total nacional .....	29
Figura n.º 37 – Utentes com necessidades/que acederam a serviços públicos e de proximidade, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=5.539).....	30
Figura n.º 38 – Utentes com necessidades/que acederam a serviços públicos e de proximidade, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool (N=1.694).....	30
Figura n.º 39 – Total de utentes com necessidades/que acederam a serviços públicos e de proximidade, por Região (N=7.233) .....	30
Figura n.º 40 – Evolução das necessidades/acessos a serviços públicos e de proximidade, total nacional .....	31
Figura n.º 41 – Famílias acompanhadas no âmbito da reinserção, com familiares com problemas de consumo de SI, por região (N=2.331) .....	32
Figura n.º 42 – Famílias acompanhadas no âmbito da reinserção, com familiares com PLA, por região (N=1.795).....	32
Figura n.º 43 – Famílias abrangidas por grupos socioterapêuticos, com familiares com problemas de consumo de SI, por região (N=1.075) .....	32
Figura n.º 44 – Famílias abrangidas por grupos socioterapêuticos, com familiares com PLA, por região (N=1.150) .....	32
Figura n.º 45 – Crianças sinalizadas à CPCJ, com pai/mãe com problemas ligados ao consumo de SI, por região (N=148) .....	33
Figura n.º 46 – Crianças sinalizadas à CPCJ, com pai/mãe com PLA, por região (N=91) .....	33



## GLOSSÁRIO

<b>Sigla</b>	<b>Designação</b>
<b>ARS, I.P.</b>	Administração Regional de Saúde, Instituto Público
<b>CAD</b>	Comportamentos Aditivos e Dependências
<b>CPCJ</b>	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
<b>CRI</b>	Centro de Respostas Integradas
<b>CT</b>	Comunidade Terapêutica
<b>ER</b>	Equipa de Reinserção
<b>IDT, I.P.</b>	Instituto da Droga e da Toxicod dependência, Instituto Público
<b>IEFP, I.P.</b>	Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Público
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IPSS</b>	Instituição Privada de Solidariedade Social
<b>ISS</b>	Instituto de Segurança Social
<b>MIR</b>	Modelo de Intervenção em Reinserção
<b>PII</b>	Plano Individual de Inserção
<b>PLA</b>	Problemas ligados ao Álcool
<b>PVE</b>	Programa Vida-Emprego
<b>RA</b>	Relatório de Atividades
<b>RVCC</b>	Reconhecimento, validação e certificação de competências
<b>SI</b>	Substâncias ilícitas
<b>SICAD</b>	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
<b>SIM</b>	Sistema de Informação Multidisciplinar
<b>UA</b>	Unidade de Alcoologia



## Nota Introdutória

O presente relatório tem como objetivo compilar e apresentar a informação recolhida ao longo do ano de 2013, no âmbito do processo de monitorização das intervenções de reinserção.

Após uma breve introdução referente à descrição do processo de recolha de dados implementado ao longo do ano, apresentam-se alguns dos dados estatísticos da atividade assistencial verificada na área da reinserção e uma análise pormenorizada das necessidades diagnosticadas, junto dos cidadãos com CAD, e dos resultados atingidos, por dimensão de intervenção: habitação, educação, formação profissional, emprego, âmbito socioterapêutico, ocupação de tempos livres, acesso a serviços públicos e de proximidade e intervenção familiar. A título de conclusão, efetua-se uma breve síntese da informação recolhida.

### 1. Processo de Monitorização

Na sequência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido desde 2008, o ano de 2013 foi mais um ano em que se efetuou a recolha de informação referente à área da reinserção em todos os serviços com intervenção neste âmbito. Neste processo, designado de monitorização das intervenções de reinserção, participaram todos os serviços com intervenção nesta área, da responsabilidade das Administrações Regionais de Saúde (ARS, I.P.), incluindo os Centros de Respostas Integradas (CRI), Unidades de Alcoologia (UA) e Comunidades Terapêuticas (CT).

Desta forma, foi possível, ao longo do ano de 2013, acompanhar de forma próxima o desenvolvimento das atividades em reinserção, de forma a conhecer a realidade dos cidadãos que procuram os serviços locais, do ponto de vista das necessidades que apresentam, e, simultaneamente, reconhecer a capacidade existente para suprir as suas necessidades, em conjunto com uma rede de parceiros a nível nacional.

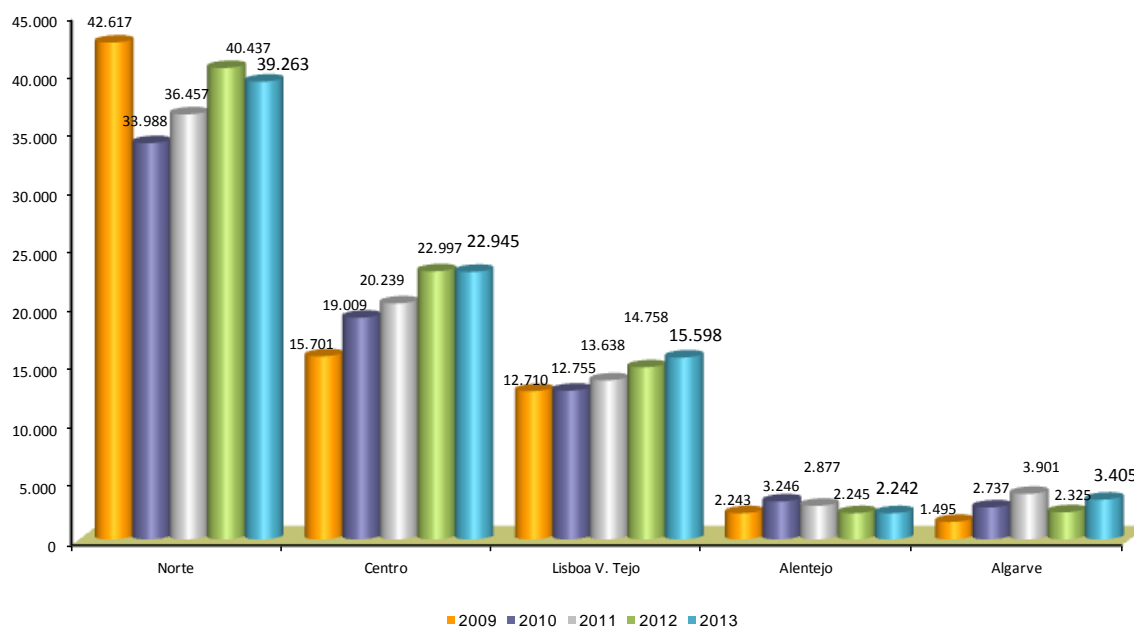
O processo de monitorização encontra-se neste momento estabilizado e consolidado, fruto do trabalho que foi desenvolvido em anos anteriores, que permitiu, entre outros ganhos, substituir os registos em papel por um registo informatizado da informação, que é efetuado *online* por cada técnico.

A utilização das ferramentas criadas para a consulta desta informação registada *online* tem-se revelado uma enorme mais-valia para todos os intervenientes desta área de missão, para o SICAD efetuar uma análise nacional, para as ARS, I.P., numa perspetiva regional e também ao nível local, permitindo que todos tenham acesso a estes dados de forma rápida.

## 2. Resultados atingidos em 2013

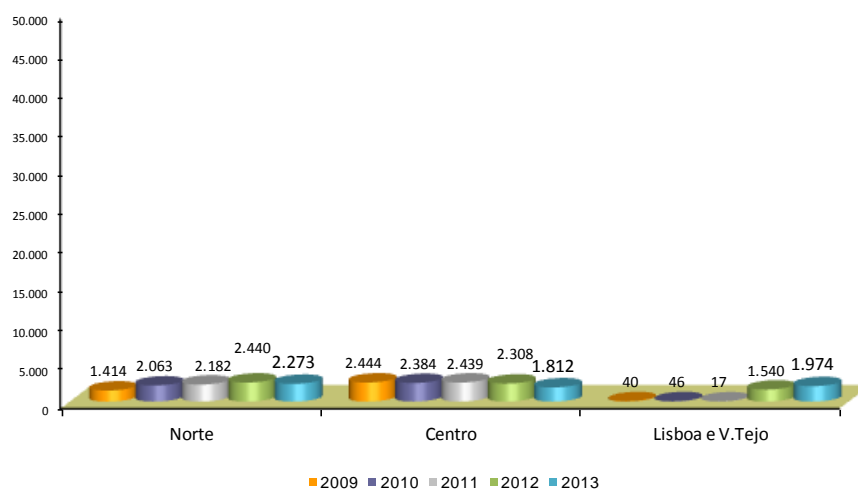
Espelhando uma parte do trabalho desenvolvido pelos técnicos das equipas de reinserção (nos CRI, CT e nas UA), foram efetuadas ao longo do ano cerca de 89.512 consultas, que possibilitaram o desenvolvimento e acompanhamento dos percursos de inserção dos utentes. A distribuição destas consultas é a que se apresenta nos gráficos seguintes, por região e ano: (Figuras n.º 1 e 2):

**Figura n. 1 - Consultas de Reinserção efetuadas nos CRI, por região  
N=83.453**



Fonte: SIM

**Figura n. 2 - Consultas de Reinserção efetuadas nas Unidades de Alcoologia  
N=6.059**

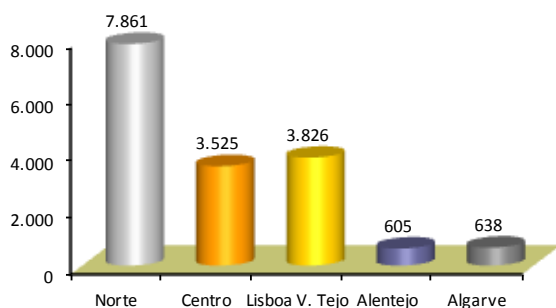


Fonte: SIM

Comparativamente ao ano anterior verifica-se um ligeiro aumento do número de consultas realizadas nos CRI, em aproximadamente 1%. Este aumento verificou-se nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve. No que se refere às Unidades de Alcoologia, houve uma ligeira diminuição do número de consultas face ao ano anterior de -4%, com exceção da Unidade de Alcoologia de Lisboa. As consultas das UA representam aproximadamente 7% do total de consultas de reinserção.

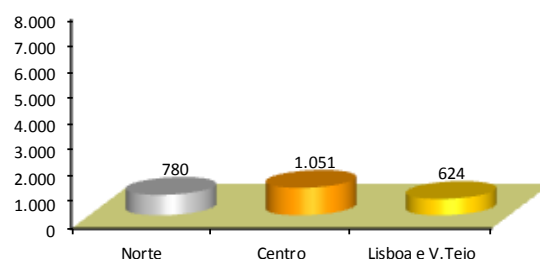
As consultas realizadas abrangeram um total de 18.910 consumidores em processo de reinserção (utentes ativos em reinserção), com a seguinte distribuição: (Figuras n.º 3 e 4):

**Figura n.º 3 – Utentes em acompanhamento pelas Equipas de Reinserção dos CRI, por região (N=16.455)**



Fonte: SIM

**Figura n.º 4 – Utentes em acompanhamento no âmbito da reinserção em ambulatório, por Unidade de Alcoologia (N= 2.455)**



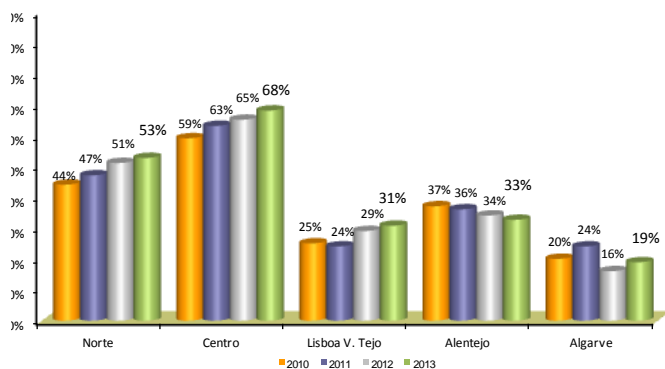
Fonte: SIM

Verifica-se que grande parte dos utentes em acompanhamento nos CRI situam-se na região Norte (48%). Os utentes em acompanhamento pelas UA representam 13% do total de utentes ativos abrangidos pela reinserção. Face ao ano anterior verificou-se um crescimento médio de 1% do número de utentes acompanhados pela reinserção (em 2012 foram 16.311 nos CRI e 2.475 nas UA).

Estas unidades apresentaram em 2013 um total de 44.467 utentes ativos. Apesar de existirem diferentes modelos de funcionamento nas várias unidades a nível nacional, na maioria das situações os utentes são alvo de um primeiro nível de atendimento e, atendendo às características da situação, é efetuada uma triagem para o acompanhamento social.

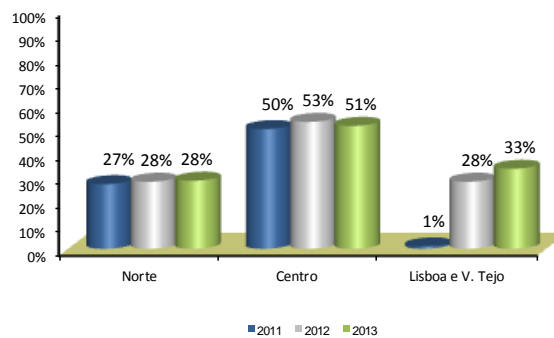
Em 2013 as equipas de reinserção acompanharam 43% do total de utentes ativos (em 2012 eram 41%), com a seguinte distribuição: (Figuras n.º 5 e 6):

**Figura n.º 5 – Utentes ativos em reinserção / Total de utentes ativos dos CRI (44%)**



Fonte: SIM

**Figura n.º 6 – Utentes ativos em reinserção / Total de utentes ativos das Unidades de Alcoologia (37%)**



Fonte: SIM

No que se refere aos CRI, verificou-se um aumento do rácio dos utentes ativos em acompanhamento no âmbito da reinserção, face a 2012, em todas as regiões, com exceção do Alentejo. À semelhança dos anos anteriores, a região Centro apresenta a percentagem mais elevada de utentes acompanhados no âmbito da reinserção, nos CRI e na UA.

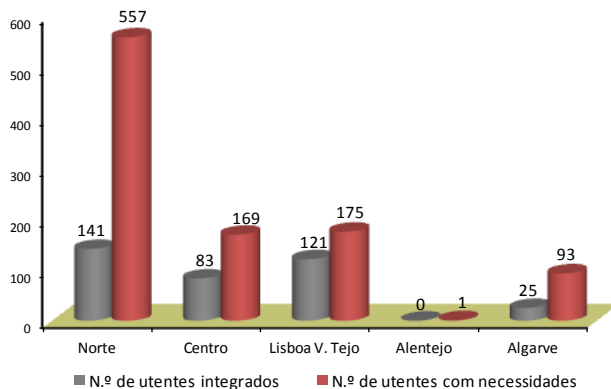
Apresenta-se, de seguida, a análise dos indicadores recolhidos no âmbito do processo de monitorização, que espelham os percursos de inserção dos utentes dos CRI e UA, nas principais dimensões desenvolvidas no âmbito destes percursos.

## 2.1. Habitação

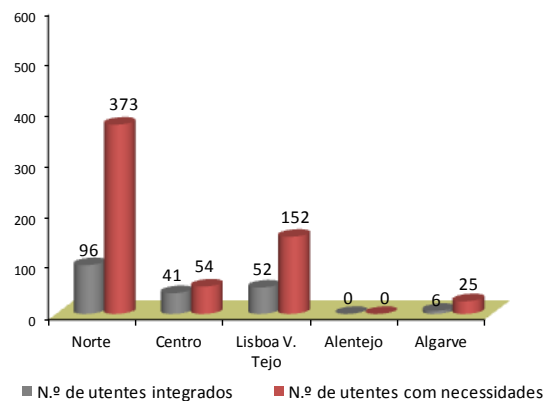
A habitação é uma necessidade básica, fundamental na vida das pessoas e como tal imprescindível para se perspetivarem processos de inserção sustentados e duradouros. Sempre que é identificada esta necessidade, os técnicos de reinserção desenvolvem iniciativas no sentido de proporcionar uma resposta de emergência (se for caso disso) e, no médio prazo, encontrar alternativas de carácter mais permanente. Importa aqui destacar o trabalho de articulação que é efetuado com os parceiros da comunidade, em especial com o Instituto de Segurança Social, as Autarquias e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Nos gráficos seguintes (Figuras n.º 7 e 8) apresentam-se as necessidades de habitação diagnosticadas em cada região, nos utentes com problemas ligados ao consumo de SI e ao álcool, em contraponto com as respostas que permitiram, através da intervenção junto dos parceiros, a resolução do problema habitacional (ainda que temporariamente, em alguns casos).

**Figura n.º 7 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas  
N= 995**



**Figura n.º 8 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool  
N= 604**

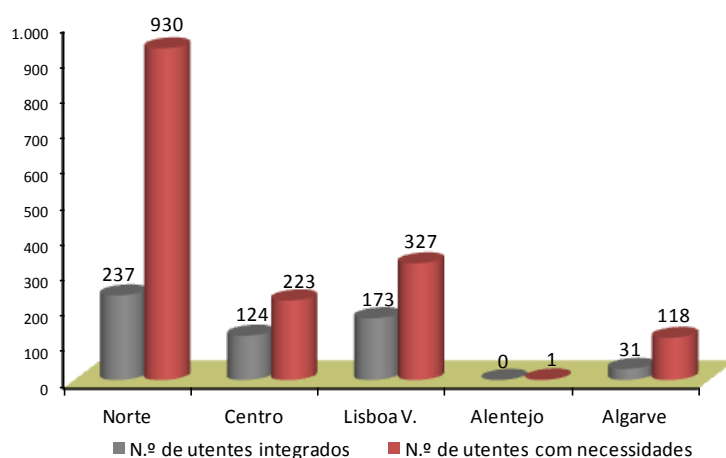


Nos utentes com problemas de consumo de SI, foram diagnosticadas 995 necessidades ao nível da habitação, sendo a maioria delas identificadas no Norte (56%). No que se refere aos utentes com problemas de consumo de álcool, foram diagnosticadas 604 necessidades habitacionais, sendo que é a região Norte que apresenta os valores mais elevados (62% do total).

A capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas foi de 37% para as SI e 32% para os PLA, o que representa um aumento significativo da capacidade de resposta neste âmbito, considerando que os rácios em 2012 foram de 45% para as SI e 42% para os PLA. As respostas proporcionadas incluem situações de alojamento temporário, assim como respostas de caráter permanente.

A figura n.º 9 apresenta os totais em cada região, com os dados agregados (substâncias ilícitas e álcool).

**Figura n.º 9 – Total de utentes com necessidades / integrados em respostas de habitação, por região N=1.599**

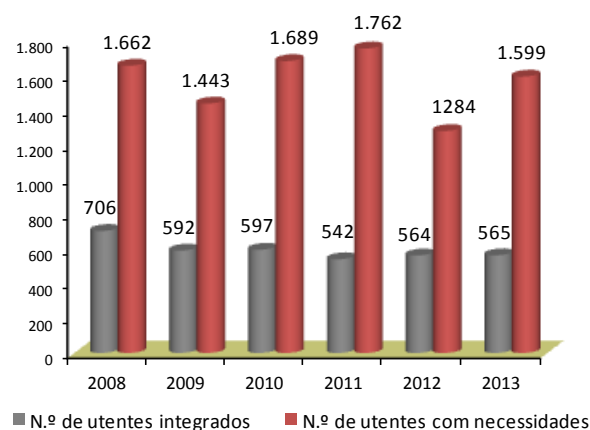


Verifica-se que a região Norte apresenta valores bastante superiores às restantes regiões, mas com uma capacidade de satisfação das necessidades diagnosticadas de 25%. As outras regiões

apresentam capacidades de resposta diferenciadas, a região Centro 56%, Lisboa e Vale do Tejo 53%, e o Algarve 26%.

Na figura n.º 10 apresenta-se a evolução das integrações efetuadas face às necessidades diagnosticadas no âmbito da habitação, de 2008 a 2013.

**Figura n.º 10 – Evolução das necessidades/integrações em respostas de habitação, total nacional**



Comparativamente ao ano anterior aumentaram as necessidades identificadas, mantendo-se as respostas proporcionadas a nível do ano de 2012. Assim, a capacidade de resposta nesta dimensão foi inferior (35%), quando comparada com o ano anterior (44%).

### 2.1.1. Situações de sem-abrigo

À semelhança dos anos anteriores, foi efetuada a monitorização de um indicador – *N.º de utentes sem-abrigo* - com o objetivo de destacar, dos utentes com necessidades no âmbito da habitação, quais estão em situação de sem-abrigo.

De acordo com o conceito de pessoa sem-abrigo aprovado pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo e divulgado junto dos técnicos, considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da nacionalidade, idade, género, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

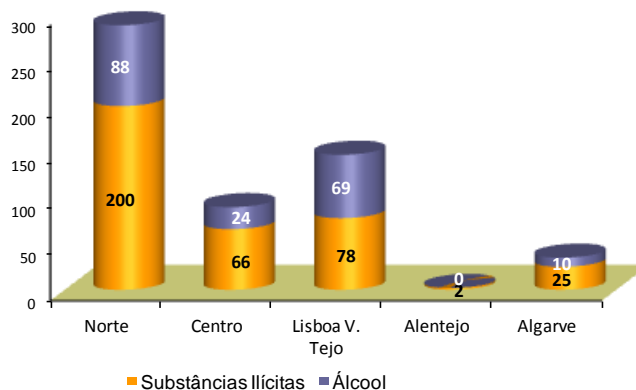
- Sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou
- Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

A utilização deste conceito tem a grande vantagem permitir a medição e caracterização do fenómeno, numa base operacional concreta, objetiva e uniformemente partilhada por todas as instituições que têm intervenção nesta área.



Em 2013 foram identificadas 562 pessoas em situação de sem-abrigo pelas equipas de reinserção, com a seguinte distribuição (Figura n.º 11):

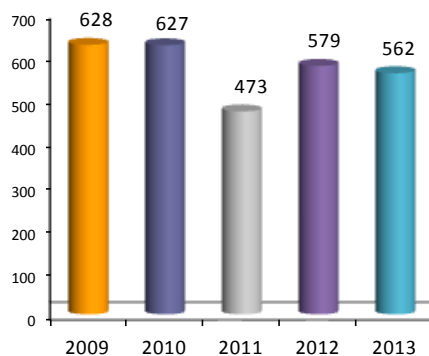
**Figura n.º 11 – Total de situações de sem-abrigo diagnosticadas, por região e tipo de substância de consumo (N=562)**



No que se refere à substância de consumo, 371 das pessoas sem-abrigo apresentam consumos de substâncias ilícitas, enquanto 191 apresentam problemas ligados ao álcool. A região Norte continua a representar grande parte deste problema (51%), à semelhança do verificado em anos anteriores.

Na figura n.º 12 apresenta-se a evolução das situações de sem-abrigo diagnosticadas, desde 2009 a 2013.

**Figura n.º 12 – Evolução das situações de sem-abrigo diagnosticadas, total nacional**



Comparativamente com o ano de 2012, verifica-se que o número de situações de pessoas sem-abrigo diagnosticadas pelas Equipas de Reinserção diminuiu ligeiramente (-3%).

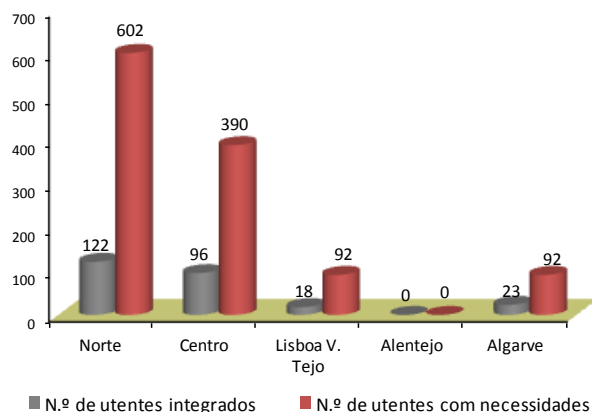
## 2.2. Educação

A *educação* é uma das vertentes da vida dos indivíduos que muitas vezes é retomada nos processos de inserção. Os utentes apresentam com frequência níveis de escolaridade muito baixos, fruto dos abandonos escolares precoces. A aquisição de um grau de escolaridade superior pode ser

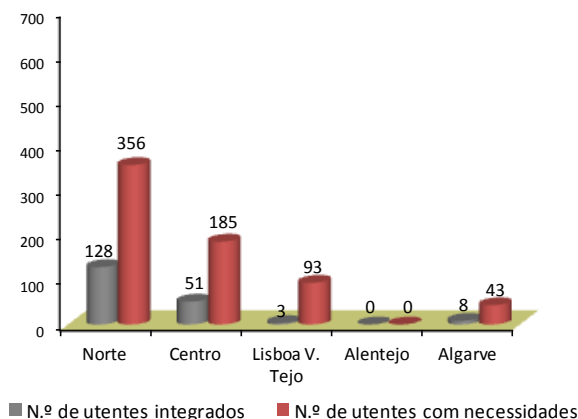
fundamental para o sucesso de outras intervenções (como o emprego e a formação profissional) e permite consolidar o papel de cidadãos de plenos direitos e deveres.

Nesta área foram identificadas 1.176 necessidades em utentes com consumos de SI e 677 necessidades em utentes com PLA, com a seguinte distribuição regional (Figuras n.º 13 e 14):

**Figura n.º 13 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de educação, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.176)**



**Figura n.º 14 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de educação, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool (N=677)**

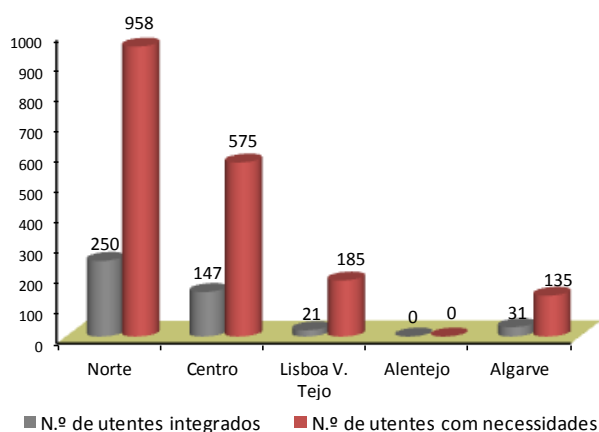


É na região Norte que se verifica o maior número de necessidades diagnosticadas (51% do total para as SI e 53% do total para os PLA).

Em termos globais, a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas foi de 22% para os utentes com consumos de SI e de 28% para os utentes com PLA.

A figura n.º 15 apresenta os totais em cada região, com os dados agregados (substâncias ilícitas e álcool).

**Figura n.º 15 – Total de utentes integrados/com necessidades de educação, por Região (N=1.853)**

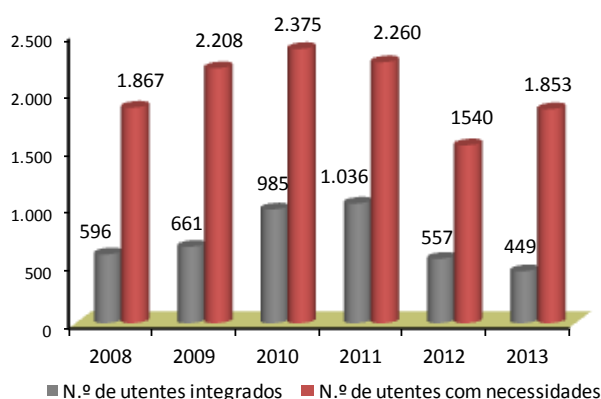


Da análise dos dados agregados podemos verificar que foram identificadas 1.853 necessidades ao nível da educação, das quais 449 foram satisfeitas. Destaca-se a região Norte com um elevado

número de necessidades identificadas. No que diz respeito à capacidade de resolução dos problemas educacionais dos utentes, as regiões apresentam rácios entre os 26% e os 11% de necessidades satisfeitas.

Na figura n.º 16 apresenta-se a evolução das integrações efetuadas face às necessidades diagnosticadas no âmbito da educação, de 2008 a 2013.

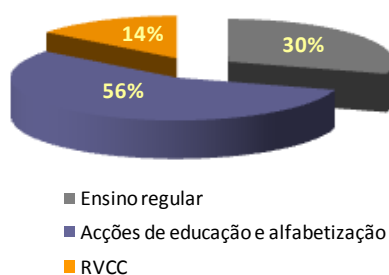
**Figura n.º 16 – Evolução das integrações/necessidades de educação, total nacional**



Relativamente ao ano anterior, verifica-se que em 2013 houve um aumento do número de necessidades diagnosticadas relativas à educação, associado a uma diminuição das respostas proporcionadas. A relação entre necessidades e respostas situa-se nos 24%, valor inferior ao verificado em 2012 (36%).

Importa ainda analisar o tipo de respostas que foram mobilizadas para a satisfação destas necessidades, as quais variam de acordo com o perfil do utente e da existência e acessibilidade de respostas locais (Figura n.º 17).

**Figura n.º 17 – Tipo de resposta proporcionada na área da educação, total nacional (n=449)**



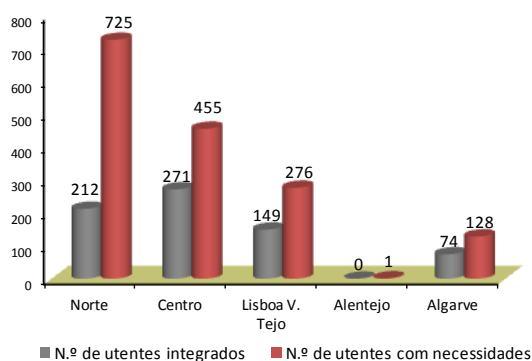
Contrariamente ao verificado em anos anteriores, os centros de *reconhecimento, validação e certificação de competências* – RVCC, não foram a resposta mais frequente e apenas representaram 14% das situações (65 utentes). As ações de educação e alfabetização abrangeram um total de 251 utentes e 133 utentes foram integrados no ensino regular.

### 2.3. Formação Profissional

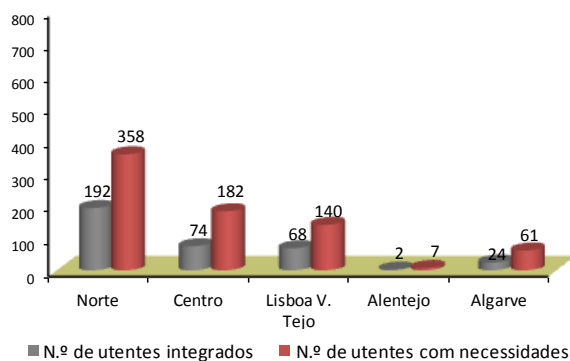
A *formação profissional* é um recurso fundamental na aquisição de competências profissionais para o desempenho de uma profissão e, concomitantemente, possibilita a reaquisição de ferramentas pessoais e sociais, fundamentais para o adequado relacionamento com colegas e chefias. Esta dimensão tem apresentado ao longo dos anos um baixo nível de satisfação de necessidades, condicionando a aquisição de competências profissionais, muitas vezes essenciais aos percursos de reinserção.

Em 2013 foram diagnosticadas 1.585 necessidades junto dos utentes consumidores de SI e 748 em utentes com PLA, com a seguinte distribuição regional (Figuras n.º 18 e 19):

**Figura n.º 18 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de formação profissional, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.585)**



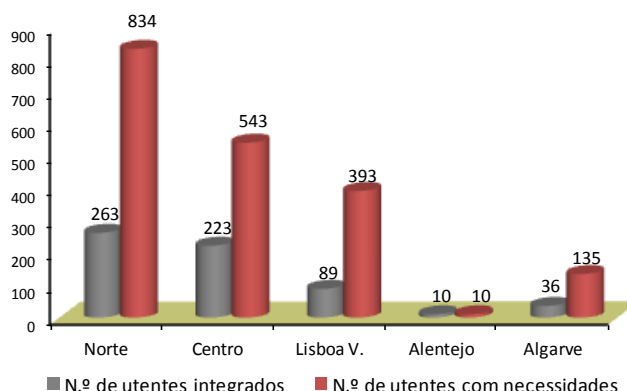
**Figura n.º 19 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de formação profissional, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool (N=748)**



Relativamente à distribuição regional, o Norte apresenta os valores mais elevados em termos de necessidades identificadas, nos utentes com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas e nos utentes com PLA. Nos utentes com consumos de SI verificaram-se 706 integrações e nos utentes com PLA 360, o que corresponde a um rácio de 45% e 48%, respetivamente.

A figura n.º 20 apresenta os totais em cada região, com os dados agregados (substâncias ilícitas e álcool).

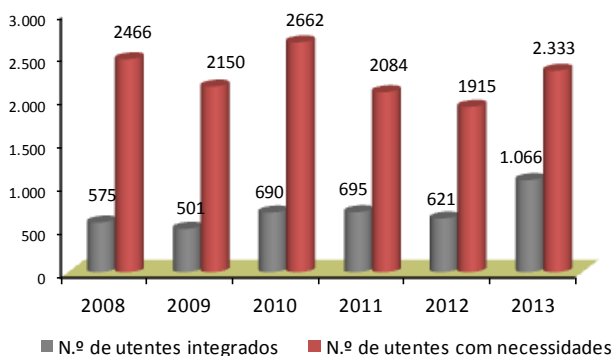
**Figura n.º 20 – Total de utentes integrados/com necessidades de formação profissional, por Região (N=2.333)**



A região Norte apresenta maior número de necessidades identificadas (46%), em que as respostas de formação profissional abrangeram 37% dos utentes. A região que se destaca pela capacidade de satisfação das necessidades identificadas é a região do Centro, com um rácio de 54%.

Na figura n.º 21 apresenta-se a evolução das integrações efetuadas face às necessidades diagnosticadas no âmbito da formação profissional, de 2008 a 2013.

**Figura n.º 21 – Evolução das integrações/necessidades de formação profissional, total nacional**



Comparativamente ao ano anterior, os valores registados em 2013 foram superiores ao nível das necessidades identificadas. O número de utentes que tiveram acesso à formação profissional foi também superior, tendo sido a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas de 46% (32% em 2012, 33% em 2011, 26% em 2010, 23% em 2009 e 2008).

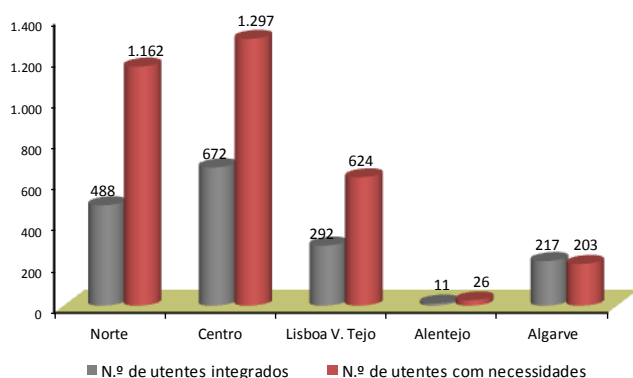
## 2.4. Emprego

O emprego desempenha um papel fulcral na vida das pessoas. Para além do rendimento que proporciona, representa também uma forma de socialização, autonomização, de aquisição de estatuto e de melhoria de auto estima e realização pessoal, bem como de desenvolvimento de redes

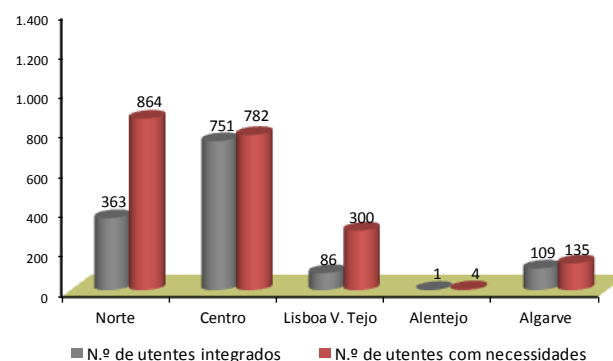
sociais de suporte ao processo de mudança. Constitui por isso um objetivo para uma parte significativa dos utentes. Neste sentido, a intervenção social coloca um enfoque especial no desenvolvimento de condições de empregabilidade, que facilitem o acesso e a manutenção de empregos dignos e qualificantes.

Nesta dimensão foram diagnosticadas 3.312 necessidades em utentes com consumos de SI e 2.085 em utentes com PLA, com a seguinte distribuição regional: (Figuras n.º 22 e 23).

**Figura n.º 22 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de emprego, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=3.312)**



**Figura n.º 23 – Utentes com necessidades/integrados em respostas de emprego, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool (N=2.085)**



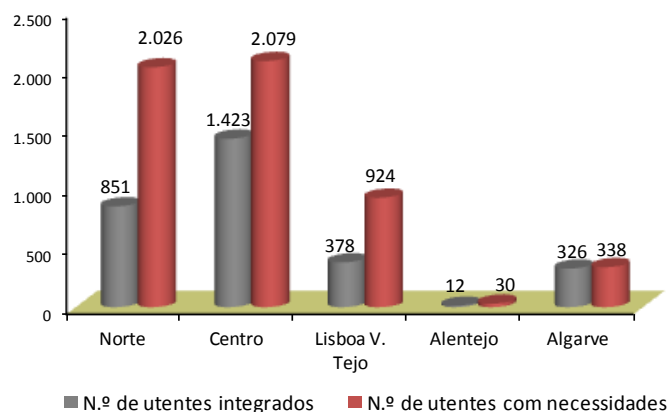
As necessidades diagnosticadas no âmbito do emprego são elevadas, quer nos utentes consumidores de SI, quer nos utentes com PLA. Relativamente à distribuição regional, a região Centro apresenta o mais elevado número de necessidades diagnosticadas para os utentes consumidores de SI (39%), sendo que para os utentes com PLA é a região Norte que representa 41% das necessidades diagnosticadas.

22

Foram satisfeitas 51% das necessidades diagnosticadas junto dos utentes com consumos de SI e 63% das necessidades dos utentes com PLA.

A figura n.º 24 apresenta os totais em cada região, com os dados agregados (substâncias ilícitas e álcool).

**Figura n.º 24 – Total de utentes integrados/com necessidades de emprego, por região (N=5.397)**

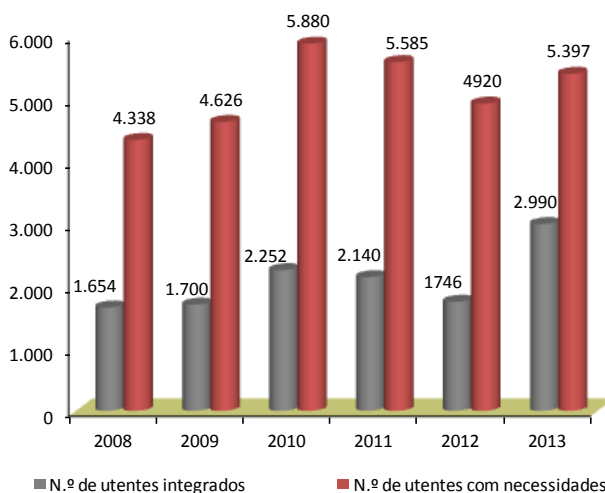


Considerando o total de utentes acompanhados, foram diagnosticadas 5.397 necessidades no âmbito do emprego, necessidades estas que foram satisfeitas em 55% das situações.

As regiões Norte e Centro apresentam os valores mais elevados em termos de necessidades diagnosticadas e a relação com as respostas proporcionadas é de 42% e 68%, respetivamente. Este rácio de satisfação das necessidades de emprego foi mais elevado no Algarve, com 96%.

Na figura n.º 25 apresenta-se a evolução das integrações efetuadas face às necessidades diagnosticadas no âmbito do emprego, de 2008 a 2013.

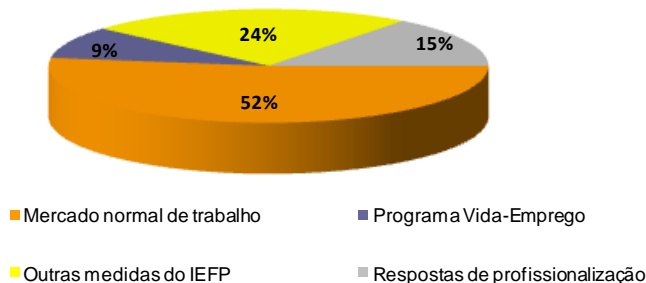
**Figura n.º 25 – Evolução das integrações/necessidades de emprego, total nacional**



Relativamente aos totais nacionais, verifica-se um aumento significativo do número de necessidades de emprego diagnosticadas, assim como do número de integrações. A relação entre estes indicadores foi de 55%, o que representa uma evolução bastante positiva em termos de integrações conseguidas, considerando os valores dos anos anteriores (35% em 2012, 38% em 2011 e 2010, 37% em 2009 e 38% em 2008).

A satisfação das necessidades de emprego passa pela mobilização de diferentes respostas, adaptadas ao perfil de empregabilidade de cada pessoa, como se pode visualizar na figura n.º 26:

**Figura n.º 26 – Tipo de respostas proporcionadas na área do emprego, total nacional (N=2.990)**



A integração em mercado normal de trabalho, sem recurso a programas de emprego protegido, é a opção que melhor garante os direitos e deveres de cidadania dos utentes, uma vez que pressupõe a existência de uma integração efetiva, com contrato de trabalho. Esta é a situação mais frequente, e representa 52% das integrações em emprego.

As outras opções configuram situações de emprego protegido ou semi-protegido, que proporcionam cenários de integração profissional mais apoiados, permitindo a consolidação das competências necessárias à manutenção de um emprego.

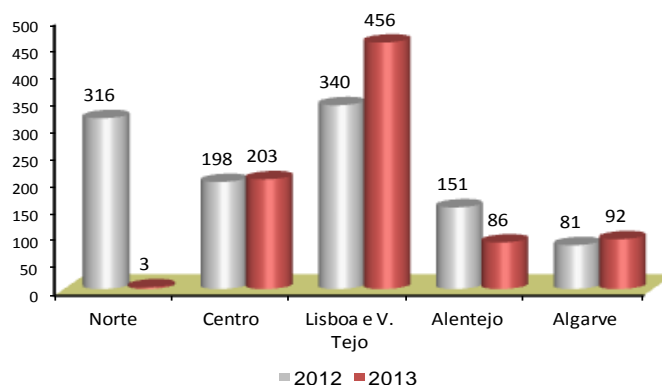
#### 2.4.1. Programa Vida-Emprego

O Programa Vida-Emprego (PVE) continua a assumir uma importância vital na concretização dos percursos de inserção dos utentes, em especial daqueles que apresentam maiores fragilidades face ao mercado de trabalho. Ao proporcionar uma experiência de trabalho em contexto protegido, com acompanhamento próximo por parte dos técnicos de reinserção e da entidade empregadora, permite que os utentes retomem a ligação com o mercado de trabalho e ultrapassem com sucesso os principais obstáculos ao processo de inserção profissional.

No ano de 2013 foram abrangidos pelo Programa **867** utentes, acompanhados pelas Equipas de reinserção dos CRI e outras unidades de tratamento e reinserção licenciadas, distribuídos da seguinte forma por região (Figura n.º 27):

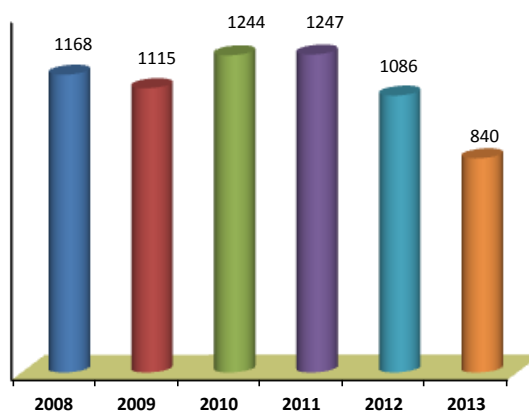


**Figura n.º 27 – Distribuição dos apoios do PVE, por região (n=840)**



No que diz respeito à distribuição regional das integrações no PVE, a região de Lisboa e Vale do Tejo representa 54%, o Centro 24%, o Algarve 11% e o Alentejo 10%. A região Norte apresenta valores residuais, uma vez que no ano de 2013 não houve orçamento disponível na Delegação Regional do Norte do IEFP, I.P.<sup>1</sup>.

**Figura n.º 28 – Evolução do total de apoios atribuídos no âmbito do PVE**



Verificou-se em 2013 um decréscimo dos apoios atribuídos pelo PVE, na ordem dos 23%, consequência da forte diminuição dos apoios na região Norte, já que as restantes regiões aumentaram o número de pessoas abrangidas pelo Programa em 2013 (com exceção da região do Alentejo).

Como tal, mantém-se um forte investimento das equipas de reinserção no apoio aos utentes através do Programa, verificando-se um aumento significativo na região de Lisboa e Vale do Tejo. As medidas do PVE continuam a representar uma efetiva oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, para aqueles que se encontram mais fragilizados e menos preparados para aceder a um emprego.

<sup>1</sup> Até à data de elaboração do presente relatório não foi possível confirmar o número de pessoas abrangidas em 2013 junto do IEFP, I.P.

## 2.5. Âmbito Socioterapêutico

Os percursos de vida dos consumidores de substâncias estão normalmente associados a défices de competências no relacionamento interpessoal, a dificuldades em lidar com a responsabilidade, com a autoridade e a disciplina, com evidentes implicações a nível pessoal e profissional. O diagnóstico social constitui um procedimento que também permite identificar necessidades a este nível. Aqui, a intervenção socioterapêutica, através por exemplo de atividades de treino de competências de vida, promove um conjunto de capacidades essenciais aos percursos de inserção.

As intervenções socioterapêuticas constituem uma ferramenta que alicerça o desenvolvimento das competências transversais. É um processo dinâmico e evolutivo, introspetivo e reflexivo, sustentado em metodologias de participação, que implica a auto-descoberta e a auto-avaliação de competências adquiridas ao longo da vida. Esta intervenção pode ser efetuada no âmbito do acompanhamento individual, mas é em grupo que apresenta uma maior eficácia, pela capacidade de simulação de situações reais de interação social.

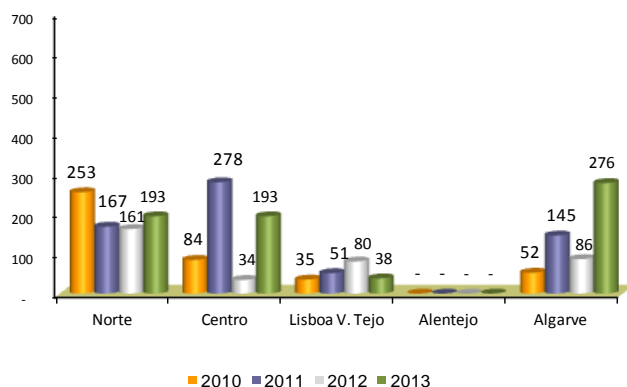
As respostas proporcionadas aos utentes neste âmbito podem dividir-se em grupos de treino de aptidões sociais e outros grupos socioterapêuticos (ex: grupos pedagógicos, temáticos, de prevenção da recaída, etc.) De seguida apresentam-se informações mais detalhadas sobre cada uma destas respostas.

### 2.5.1. Grupos de Treino de Aptidões Sociais

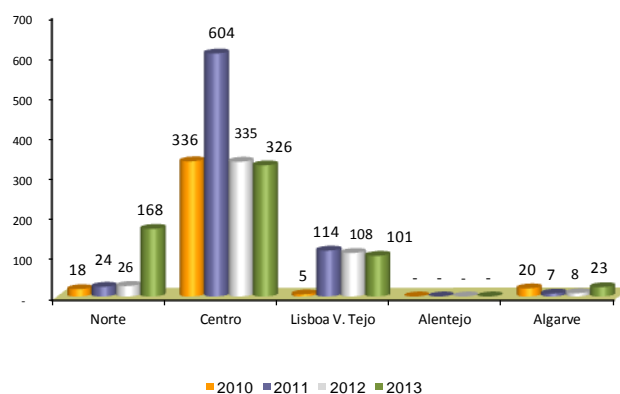
Estes grupos têm como objetivo o treino de competências de vida, de forma a melhorar o relacionamento em contexto familiar e social, o desenvolvimento dos recursos pessoais internos e/ou externos, a aquisição de hábitos de organização pessoal, autonomia, responsabilidade, de gestão e organização do tempo, entre outros.

Em 2013, estas intervenções abrangeram 1.318 utentes, o que representa um aumento de 57% face aos 838 utentes de 2012. Relativamente à substância de consumo, 700 apresentam consumos de SI e 618 apresentam problemas ligados ao álcool (Figuras n.º 29 e 30):

**Figura n.º 29 – Utentes abrangidos por grupos de treino de aptidões sociais com problemas de consumo de SI, por região (N=700)**



**Figura n.º 30 – Utentes abrangidos por grupos de treino de aptidões sociais com PLA, por região (N=618)**

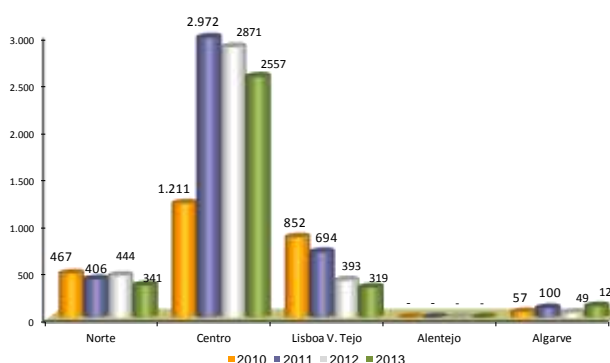


Verifica-se que o número de pessoas abrangidas por estes grupos aumentou em quase todas as regiões, com exceção da região de Lisboa e Vale do Tejo e Centro (para os PLA).

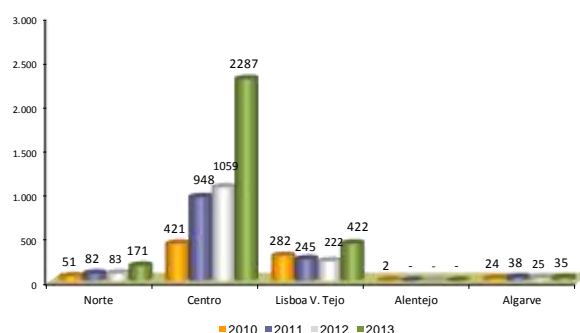
### 2.5.2. Outros grupos socioterapêuticos

No que se refere a *outros grupos socioterapêuticos* desenvolvidos nos serviços locais, foram abrangidos 6.252 utentes, 3.337 com consumos de SI e 2.915 com PLA (Figuras n.º 31 e 32).

**Figura n.º 31 – Utentes abrangidos por outros grupos socioterapêuticos com problemas de consumo de SI, por região (N=3.337)**



**Figura n.º 32 – Utentes abrangidos por outros grupos socioterapêuticos com PLA, por região (N=2.915)**



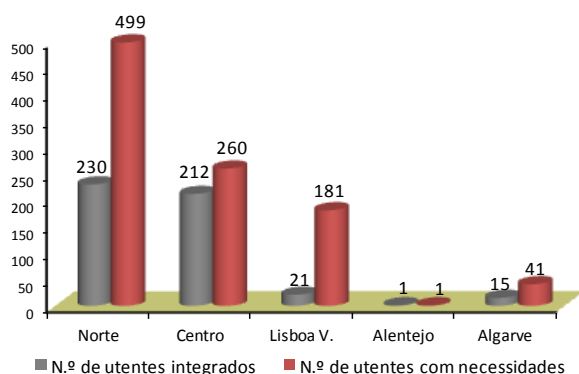
A região Centro continua a apresentar um elevado número de utentes abrangidos por outros grupos socioterapêuticos. Considerando os valores do ano anterior, verificou-se um decréscimo do número de utentes com consumos de SI a beneficiar desta resposta e, paralelamente, um forte aumento dos utentes com PLA abrangidos.

### 2.6. Ocupação de Tempos Livres

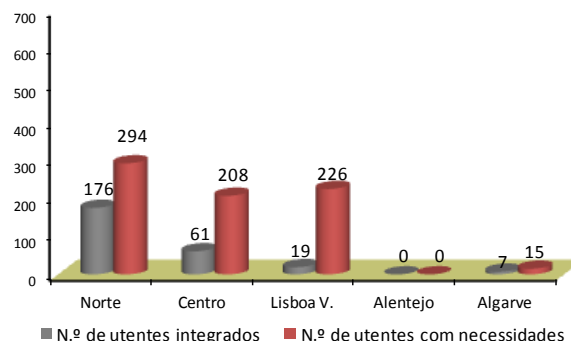
Outra estratégia importante para a aquisição de competências sociais é a exploração da dimensão do lazer. Promover a ocupação e gestão do tempo livre permite ao indivíduo (re)encontrar atividades ou áreas de interesse, que pode desenvolver de forma gratificante. Através da participação em atividades ocupacionais e de lazer, é possível aumentar a quantidade, qualidade e variedade das relações sociais, assim como contribuir para o fortalecimento da auto-estima e auto-confiança. Esta dimensão representa uma mais-valia nos percursos de vida dos utentes. As equipas de reinserção intervêm junto do utente e da comunidade no sentido de promover esta participação, utilizando também estratégias de divulgação dos recursos socioculturais e recreativos disponíveis e que podem responder a estas necessidades.

Nesta dimensão foram identificadas 982 necessidades em utentes com consumo de SI e 743 em utentes com PLA, com a seguinte distribuição regional (figuras n.º 33 e 34):

**Figura n.º 33 – Utentes integrados/com necessidades de ocupação de tempos livres, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=982)**



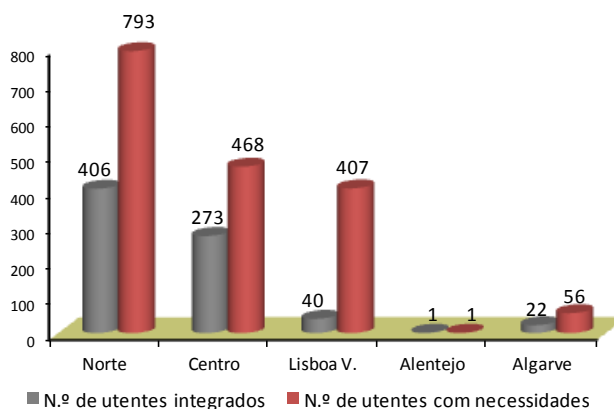
**Figura n.º 34 – Utentes integrados/com necessidades de ocupação de tempos livres, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool (N=743)**



Relativamente aos utentes com consumo de substâncias ilícitas, a região Norte apresenta um elevado número de necessidades diagnosticadas (51%) e no âmbito dos PLA é também a região Norte que apresenta os valores mais elevados (40%).

A figura n.º 35 apresenta os totais em cada região, com os dados agregados (substâncias ilícitas e álcool).

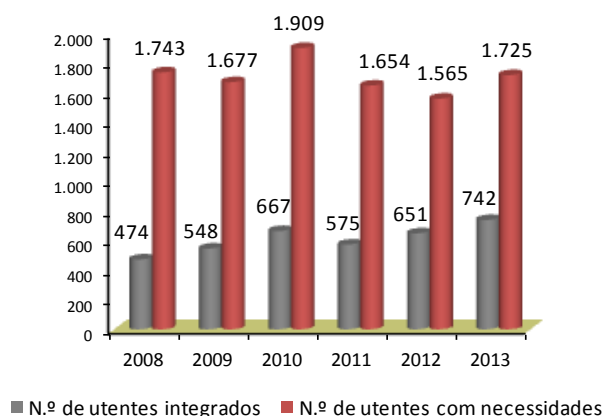
**Figura n.º 35 – Total de utentes integrados/com necessidades de ocupação de tempos livres, por Região (n=1.725)**



Podemos verificar que a região Norte apresenta valores bastante elevados no que diz respeito às necessidades diagnosticadas (46% do total de necessidades), assim como de necessidades satisfeitas (51% do total). No entanto, a região Centro apresenta um rácio de satisfação das necessidades mais favorável, de 58%.

Na figura n.º 36 apresenta-se a evolução das integrações efetuadas face às necessidades diagnosticadas no âmbito da ocupação de tempos livres, de 2008 a 2013.

**Figura n.º 36 – Evolução das integrações/necessidades de ocupação de tempos livres, total nacional**



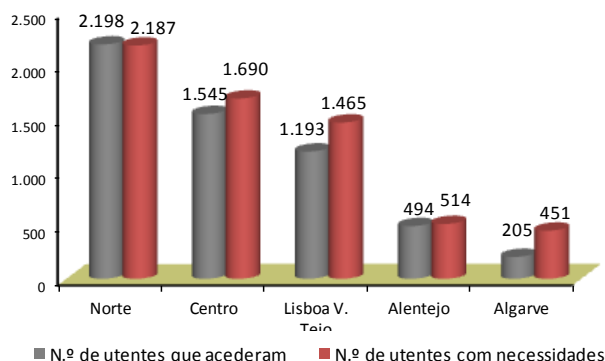
Considerando os totais nacionais, verifica-se que houve um aumento do número de necessidades diagnosticadas face a 2012 (10%), assim como das respostas proporcionadas (14%). Em 2013, o rácio de satisfação das necessidades foi de 43% das situações diagnosticadas, valor bastante aproximado da capacidade de resposta dos serviços em 2012 (42%).

## **2.7. Acesso a Serviços Públicos e de Proximidade**

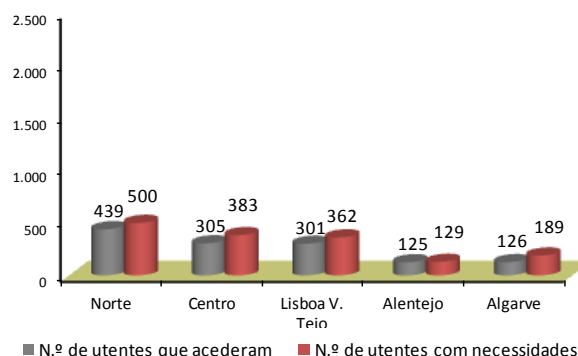
Para a concretização de um percurso de inserção é fundamental que o indivíduo disponha de condições de vida básicas, que o permitam aceder e usufruir dos seus direitos como cidadão, assim como reconhecer os seus deveres. Falamos neste âmbito do acesso à saúde, à proteção social e à cidadania, da (re)aproximação dos utentes aos serviços e à própria sociedade. Os serviços públicos, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), as Associações Culturais e Desportivas e outras Organizações Não Governamentais podem desempenhar um papel fundamental na diminuição do grau de exclusão e isolamento em que os utentes se encontram e contribuir para o exercício da cidadania.

Relativamente a esta dimensão foram identificadas 5.539 necessidades em utentes com consumos de SI e 1.694 em utentes com PLA, no total de 7.233 necessidades, com a seguinte distribuição regional (Figuras n.º 37 e 38):

**Figura n.º 37 – Utentes com necessidades/que acederam a serviços públicos e de proximidade, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=5.539)**



**Figura n.º 38 – Utentes com necessidades/que acederam a serviços públicos e de proximidade, por Região, com problemas ligados ao consumo de álcool (N=1.694)**

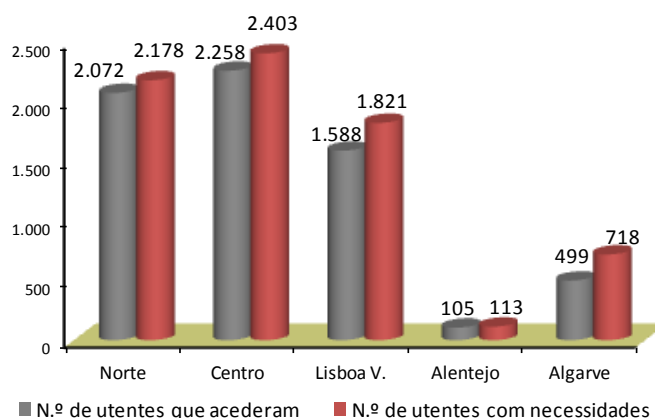


O número diagnosticado de necessidades de acesso a serviços públicos e de proximidade foi elevado, nos utentes com problemas de consumo de substâncias ilícitas e nos utentes com PLA. Sendo a intervenção social caracterizada pelo trabalho em rede, sustentado nas parcerias com outras instituições públicas e privadas, é fundamental a articulação desenvolvida com estas instituições, de forma a facilitar a concretização dos PII contratualizados.

No caso dos utentes com consumos de substâncias ilícitas, 91% das situações identificadas acederam aos serviços públicos e de proximidade, sendo que este rácio foi mais baixo para os PLA (87%).

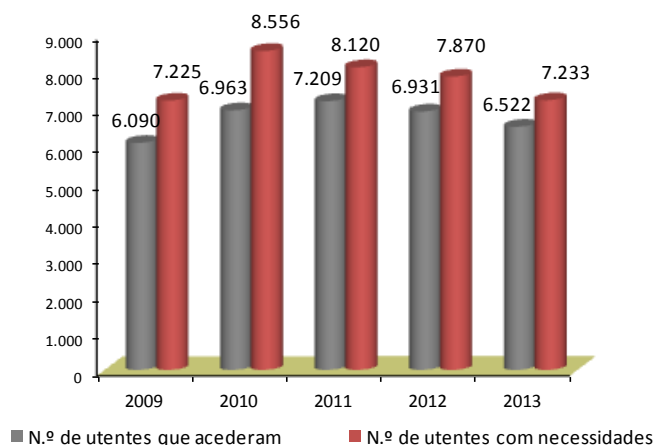
A figura n.º 39 apresenta os totais em cada região, com os dados agregados (substâncias ilícitas e álcool).

**Figura n.º 39 – Total de utentes com necessidades/que acederam a serviços públicos e de proximidade, por Região (N=7.233)**



As regiões do Norte e Centro apresentam os rácios de resposta mais elevados (95% e 94%, respetivamente), sendo a região do Algarve a que apresenta menor capacidade de resposta a este tipo de necessidades (69%).

Na figura n.º 40 apresenta-se a evolução das necessidades de acesso a serviços públicos diagnosticadas e respondidas, de 2009 a 2013.

**Figura n.º 40 – Evolução das necessidades/aceessos a serviços públicos e de proximidade, total nacional**

Face ao ano anterior, verifica-se uma ligeira diminuição do número de necessidades diagnosticadas e do número de utentes que acederam a serviços públicos e de proximidade. No cômputo geral, o rácio de satisfação deste tipo de necessidade é de 90% e em 2012 o rácio médio foi de 88%.

Esta é uma das dimensões onde é possível obter melhores rácios de satisfação das necessidades diagnosticadas. Estes valores refletem um trabalho significativo de articulação interinstitucional, efetuado pelas equipas de reinserção, que envolve centenas de serviços públicos e de proximidade, tendo em vista a viabilização dos planos individuais de inserção dos utentes. Importa destacar, neste âmbito, as inúmeras parcerias, formais e informais, que vão sendo estabelecidas pelos serviços locais.

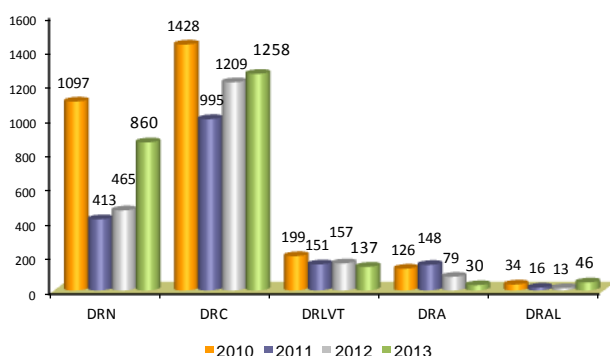
## **2.8. Intervenção Familiar**

De um modo geral, os processos de reabilitação têm dois focos de intervenção: o indivíduo e os sistemas sociais. O indivíduo porque se coloca o enfoque na reparametrização das suas rotinas quotidianas. Os sistemas sociais, porque é fundamental que se envolvam e participem de forma construtiva e proactiva nos processos de mudança. Neste âmbito, a família é um elemento estratégico e assume um papel importante, uma vez que pode ser potenciadora e facilitadora da mudança.

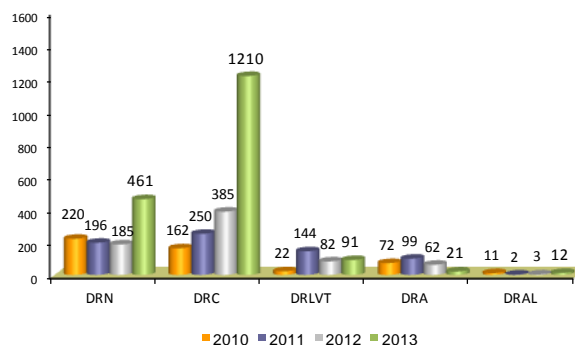
A intervenção familiar que é desenvolvida nos serviços locais permite, através de um acompanhamento próximo, conhecer o funcionamento da família, apoiando-a na criação de estratégias de superação de dificuldades em cada momento do processo, implicando-a na recuperação do familiar. É importante que a família conheça e aceite as dificuldades associadas à reabilitação, e que adquira competências para melhor gerir e acompanhar todo o processo.

Neste sentido, o acompanhamento familiar é uma componente extremamente importante no âmbito da intervenção e, no ano de 2013, foram acompanhadas pelas equipas de reinserção 4.126 famílias, sendo 2.331 com familiares consumidores de SI e 1.795 de PLA (Figuras n.º 41 e 42).

**Figura n.º 41 – Famílias acompanhadas no âmbito da reinserção, com familiares com problemas de consumo de SI, por região (N=2.331)**



**Figura n.º 42 – Famílias acompanhadas no âmbito da reinserção, com familiares com PLA, por região (N=1.795)**



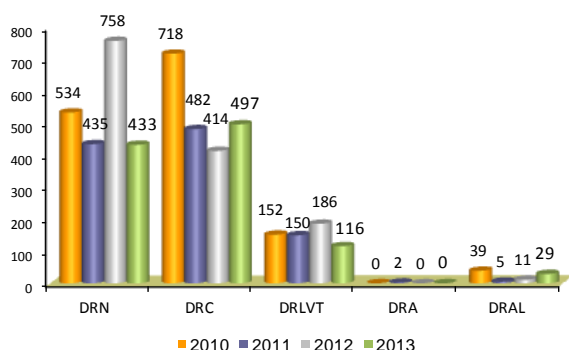
A região Centro continua a apostar na intervenção familiar, apresentando um forte aumento na área dos PLA. Face ao ano anterior, verifica-se um aumento do número de famílias acompanhadas em mais de 50%.

### 2.8.1. Intervenções socioterapêuticas dirigidas à família

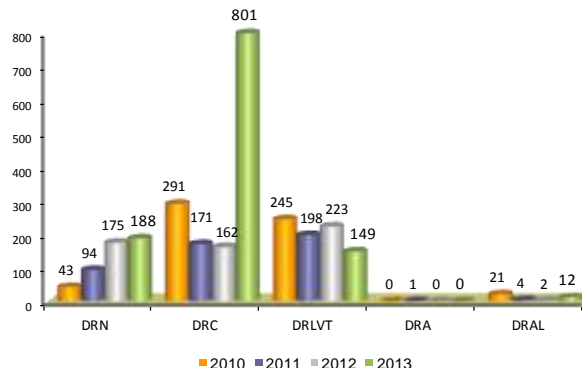
Além do acompanhamento à família efetuado em consulta, as equipas de reinserção desenvolvem intervenção familiar em grupo. Estas intervenções têm um carácter socioterapêutico e visam o aumento das competências das famílias para lidar com o problema e para encontrarem estratégias de mudança, favorecendo, também, a troca de experiências entre famílias.

Em 2013, estas intervenções abrangeram um total de 2.225 famílias, 1.075 das quais são familiares de utentes com problemas ligados ao consumo de SI e 1.150 de utentes com PLA (Figuras n.º 43 e 44).

**Figura n.º 43 – Famílias abrangidas por grupos socioterapêuticos, com familiares com problemas de consumo de SI, por região (N=1.075)**



**Figura n.º 44 – Famílias abrangidas por grupos socioterapêuticos, com familiares com PLA, por região (N=1.150)**



No que se refere às SI, e à semelhança dos anos anteriores, as regiões Centro e Norte apresentam um elevado número de famílias abrangidas por grupos socioterapêuticos, apesar de se ter verificado uma diminuição significativa na região Norte. Relativamente aos PLA, destaca-se o forte aumento na região Centro do número de familiares abrangidos.



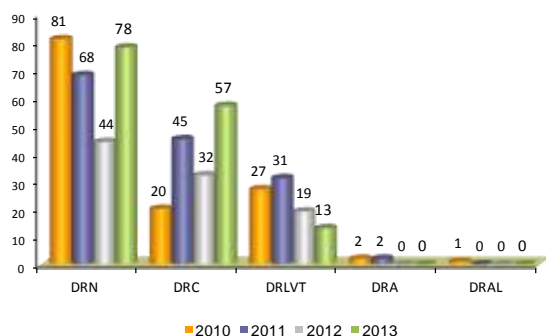
Globalmente, e face ao ano anterior, verifica-se um crescimento do número de famílias abrangidas por esta resposta de grupo, na ordem dos 15%.

### 2.8.2. Crianças sinalizadas à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

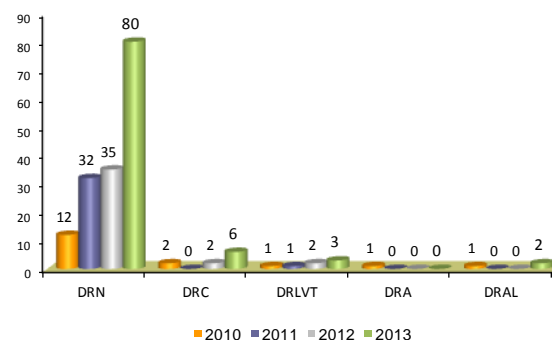
No trabalho com famílias de dependentes, e quando nestas famílias há filhos menores, existem por vezes situações de negligência e ausência de funções parentais organizadoras, protetoras e gratificantes por parte dos progenitores. A sinalização das crianças à CPCJ pretende ser um processo educativo, mais do que punitivo, para estas famílias em crise, no sentido de proteger as crianças.

Em 2013, foram sinalizadas à CPCJ 239 crianças cujos pais são acompanhados no âmbito da reinserção. A problemática de consumo do pai e/ou da mãe da criança está ligada, maioritariamente, às substâncias ilícitas (148) e 91 situações estão ligadas aos PLA (Figuras n.º 45 e 46).

**Figura n.º 45 – Crianças sinalizadas à CPCJ, com pai/mãe com problemas ligados ao consumo de SI, por região (N=148)**



**Figura n.º 46 – Crianças sinalizadas à CPCJ, com pai/mãe com PLA, por região (N=91)**



À semelhança do que se verificou no ano anterior, a região Norte sinalizou a maior parte das crianças, ou seja, 66% do total nacional. Verifica-se ainda que, face ao número de crianças sinalizadas em 2012 (134), houve um aumento bastante significativo destas sinalizações, na ordem dos 78%, provocada por um forte aumento na região Norte (SI e PLA) e na região Centro (SI).

## Considerações finais

O ano de 2013 caracterizou-se por alguma estabilização, após as profundas alterações que se verificaram em 2012 na estrutura responsável pela área dos comportamentos aditivos e dependências. Decorrentes destas alterações, houve maiores dificuldades na monitorização das intervenções, uma vez que a comunicação entre os intervenientes nem sempre foi facilitada. No entanto, foi possível atingir um nível satisfatório de execução das atividades de reinserção, sendo que é um sinal muito positivo a manutenção da utilização das bases de dados desta área, permitindo alguma proximidade do SICAD com a intervenção junto dos cidadãos com CAD.

Olhando para os dados recolhidos ao longo do ano de 2013, fruto dos diagnósticos de necessidades efetuados junto dos utentes em processo de reinserção, podemos sistematizar algumas considerações sobre a intervenção desenvolvida, a título de súmula:

1. As necessidades no âmbito do acesso a serviços públicos e de proximidade, conjuntamente com as necessidades de emprego são aquelas que apresentam maior expressão junto da população alvo.
2. Verifica-se um aumento das necessidades diagnosticadas e das respostas proporcionadas aos utentes com PLA, em grande parte das dimensões apresentadas. Este aumento poderá ser reflexo do número crescente de pessoas com PLA que procura os CRI.
3. Os **utentes acompanhados no âmbito da reinserção** representam 43% do total de utentes dos CRI e UA, sendo que no ano anterior este rácio era 41%.
4. Relativamente à **habitação**, verificou-se um aumento das necessidades diagnosticadas neste âmbito, acompanhado de uma diminuição da capacidade de resposta a estas necessidades, que foi de 35% (44% em 2012).
5. O número de **pessoas em situação de sem-abrigo** que procurou o acompanhamento das equipas de reinserção (562 utentes) diminuiu ligeiramente face ao ano anterior (-3%).
6. Na dimensão **educação**, verificou-se um aumento do número de necessidades identificadas face ao ano anterior, acompanhado de uma diminuição das respostas proporcionadas, tendo a capacidade de resposta diminuído para 24% (36% em 2012).
7. Quanto à **formação profissional**, as necessidades diagnosticadas aumentaram face ao ano anterior, assim como as integrações. A capacidade de resposta às necessidades de formação profissional aumentou para 46% (32% em 2012), o que é um indicador bastante positivo.
8. No âmbito do **emprego**, e face aos valores registados em 2012, aumentaram as necessidades de emprego diagnosticadas e também as integrações. O rácio de satisfação das necessidades foi de 55%, valor bastante superior ao verificado no ano anterior (35% em

2012). Destacam-se um total de aproximadamente 3.000 integrações em respostas de emprego, sendo que 52% das mesmas correspondem a integrações no mercado normal de trabalho, ou seja, sem recurso a programas de emprego protegido.

9. No âmbito **socioterapêutico**, manteve-se o desenvolvimento de estratégias de promoção de competências pessoais e sociais, realizadas em grupo, tendo o número de pessoas abrangidas aumentado em 57% face a 2012. Os grupos de treino de aptidões sociais abrangeram 1.318 utentes em 2013.
10. A dimensão do **lazer** foi alvo de um aumento face ao ano anterior, ao nível das necessidades e das respostas proporcionadas, mantendo-se o rácio de satisfação das mesmas (43% do total de necessidades).

O Programa Vida-Emprego, apesar de estar bastante limitado na região do Norte, continua a ser uma medida de acesso ao emprego fundamental para os cidadãos com consumos de substâncias psicoativas. No contexto atual, em que é cada vez mais difícil aceder ao mercado de trabalho e os apoios sociais disponíveis são cada vez menos, a realização de um Estágio através do Programa representa uma verdadeira oportunidade de inserção, com impacto significativo na capacitação como cidadão de plenos direitos e deveres. Esta é uma iniciativa que urge manter e valorizar, dotando-a de capacidade orçamental que permita dar resposta às necessidades sentidas pelas equipas no âmbito da reinserção de pessoas com CAD.

Por fim, importa salientar que este processo de monitorização tem sido considerado pelos profissionais envolvidos como uma mais-valia para a área da reinserção, pois permite conhecer melhor a realidade dos cidadãos com CAD, aferir as efetivas necessidades e a capacidade de resposta que os serviços e os parceiros apresentam. Permite igualmente dar visibilidade à intervenção desenvolvida, ao tornar mensuráveis alguns dos processos.

Considerando a importância desta informação, o objetivo a atingir no ano de 2014 é a harmonização deste processo com o Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM), de forma a facilitar o trabalho de recolha de dados dos profissionais desta área, assim como adaptar este processo ao novo Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020, de forma a permitir uma adequada monitorização da intervenção desenvolvida.

# ANEXO

## Monitorização das Intervenções de Reinserção 2013

Indicador		NORTE			CENTRO			LISBOA E V. TEJO			ALENTEJO			ALGARVE		
		SI	Álcool	Total	SI	Álcool	Total	SI	Álcool	Total	SI	Álcool	Total	SI	Álcool	Total
1	N.º de utentes com necessidades identificadas no âmbito da habitação	557	373	930	169	54	223	175	152	327	1	0	1	93	25	118
2	N.º de utentes sem abrigo	200	88	288	66	24	90	78	69	147	2	0	2	25	10	35
3	N.º de utentes colocados em respostas habitacionais ou de acolhimento	141	96	237	83	41	124	121	52	173	0	0	0	25	6	31
4	N.º de utentes com necessidades de obtenção de nível académico	602	356	958	390	185	575	92	93	185	0	0	0	92	43	135
5	Nº de utentes que (re)ingressaram no sistema de ensino regular	52	54	106	14	0	14	7	1	8	0	0	0	4	1	5
6	Nº de utentes que acedem a ações de educação e alfabetização	60	69	129	47	36	83	11	2	13	0	0	0	19	7	26
7	Nº de utentes integrados em processos de RVCC	10	5	15	35	15	50	0	0	7	0	0	0	0	0	0
9	N.º de utentes com necessidades no âmbito do emprego	1162	864	2026	1297	782	2079	624	300	924	26	4	30	203	135	338
10	Nº de utentes integrados no mercado de trabalho	229	164	393	376	518	894	94	43	137	0	0	0	80	58	138
11	Nº de utentes integrados em medidas específicas do Programa Vida-Emprego	3	0	3	106	0	106	105	0	105	9	0	9	49	0	49
12	Nº de utentes integrados com recurso a outras medidas do IEFP	175	133	308	85	145	230	58	40	98	2	1	3	51	32	83
13	Nº de utentes integrados noutras respostas de profissionalização	81	66	147	105	88	193	35	3	38	0	0	0	37	19	56
14	N.º de utentes com necessidades no âmbito da formação profissional	725	358	1083	455	182	637	276	140	416	7	1	8	128	61	189
15	Nº de utentes integrados em respostas de formação profissional	212	192	404	271	74	345	149	68	217	2	0	2	74	24	98
16	N.º de utentes com necessidades de acesso a serviços públicos e de proximidade	1590	588	2178	1964	439	2403	1400	421	1821	81	32	113	504	214	718
17	Nº de utentes que acederam a serviços públicos e de proximidade	1540	532	2072	1860	398	2258	1224	364	1588	76	29	105	341	158	499
18	N.º de utentes com necessidades identificadas no âmbito da ocupação de tempos livres	499	294	793	260	208	468	181	226	407	1	0	1	41	15	56
19	Nº de utentes que participaram em atividades de ocupação de tempos livres	230	176	406	212	61	273	21	19	40	1	0	1	15	7	22
20	N.º de utentes com necessidades identificadas no âmbito socioterapêutico	563	263	826	1892	2417	4309	328	310	638	0	0	0	131	35	166
21	N.º de utentes abrangidos por grupos de treino de aptidões sociais	193	168	361	193	326	519	38	101	139	0	0	0	276	23	299
22	N.º de utentes abrangidos por outras intervenções socioterapêuticas	341	171	512	2557	2287	4844	319	422	741	0	0	0	120	35	155
23	N.º de famílias abrangidas por intervenções socioterapêuticas	433	188	621	497	801	1298	116	149	265	0	0	0	29	12	41
24	N.º de famílias acompanhadas no âmbito da reinserção	860	461	1321	1258	1210	2468	137	91	228	30	21	51	46	12	58
25	N.º de crianças sinalizadas à CPCJ	78	80	158	57	6	63	13	3	16	0	0	0	0	2	2
26	N.º de utentes encaminhados para projetos de reinserção no âmbito dos PRI	135	131	266	44	2	46	5	3	8	0	0	0	45	13	58
27	N.º de utentes acompanhados com Plano Individual de Inserção contratualizado	1400	554	1954	1162	197	1359	250	184	434	19	4	23	135	55	190
28	N.º de utentes com Plano Individual de Inserção e alta social	205	148	353	152	22	174	53	40	93	7	1	8	61	11	72
29	N.º de fichas de ligação enviadas no âmbito do protocolo com o ISS/SCML	573	210	783	80	8	88	167	117	284	0	0	0	92	33	125
30	N.º de fichas de ligação recebidas no âmbito do protocolo com o ISS/SCML	109	98	207	9	7	16	8	5	13	0	0	0	26	8	34
31	N.º de utentes apoiados pelo ISS/SCML com ficha de ligação	594	298	892	28	11	39	121	40	161	0	0	0	31	13	44

